

CARTA DE BRASÍLIA

Reunidos em Brasília, no 17º CONOJAF e 8º ENOJAF, nós, Oficialas e Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a modernização da justiça e a consolidação do Estado Democrático de Direito. Esta Carta define nossas diretrizes estratégicas para o próximo ciclo, projetando uma carreira ativa, tecnológica e essencial para o futuro do país.

I. EIXO POLÍTICO-SOCIAL: DEFESA DEMOCRÁTICA E VALORIZAÇÃO

- Atuação firme e apartidária na defesa intransigente do Estado Democrático de Direito e da autonomia do Poder Judiciário.
- Apoio ativo, no próximo pleito eleitoral, a candidaturas que defendam a valorização do serviço público e as especificidades da nossa carreira.
- Reconstrução imediata das alianças no Congresso Nacional para a reestruturação da Frente Parlamentar em Defesa dos Oficiais de Justiça.

II. EIXO INSTITUCIONAL: INTELIGÊNCIA PROCESSUAL E PRERROGATIVAS

- Interlocução permanente com o CNJ e Tribunais Superiores para garantir a correta aplicação das Resoluções nº 600/2024 e nº 615/2025.
- Expansão da nossa atuação em áreas estratégicas através do uso intensivo de inteligência processual e ferramentas tecnológicas de pesquisa patrimonial.
- Exigência de protocolos rígidos de segurança, com sistemas de inteligência artificial aplicados à classificação de risco e alertas no cumprimento de mandados.

III. EIXO CORPORATIVO: UNIDADE NACIONAL E FORTALECIMENTO DA BASE

- Integração sinérgica entre a FENASSOJAF e as associações estaduais, descentralizando a representação política.
- Transformação das Direções Regionais em instâncias dinâmicas de apoio às demandas locais junto a Seções Judiciárias e Tribunais Regionais.
- Desburocratização dos canais de comunicação interna para garantir voz, transparência e pronto atendimento a toda a base associativa.

O IMPRESCINDÍVEL VALOR HUMANO NA JUSTIÇA

As ferramentas tecnológicas e a Inteligência Artificial chegam para somar e potencializar nossa capacidade técnica de pesquisa e localização de bens. Contudo, o cerne da nossa função jamais será automatizado.

O(A) Oficial(a) de Justiça é, e sempre será, o único elo humano responsável pela interação direta e pela pacificação social no cumprimento dos mandados. Nós levamos a presença do Estado e a autoridade da lei até o cidadão, traduzindo o direito em pacificação real no campo de batalha social. Essa sensibilidade, esse faro humano e essa capacidade de mediação são pilares insubstituíveis da própria democracia. Nenhuma máquina, nenhum algoritmo e nenhuma Inteligência Artificial será capaz de realizar esse papel. Somos, por natureza e por missão, imprescindíveis.

Brasília/DF, 14 de agosto de 2026.